



Covid-19

Se tiver sintomas, não vá trabalhar

Os sindicatos de bancários do Pactu orientam que as bancárias e os bancários adotem uma atitude preventiva e, em caso de sintomas da covid-19, não compareçam presencialmente ao local de trabalho.

Essa é a orientação oficial da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, conforme consta na Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020. “É importante que o isolamento seja feito mesmo antes de sair o resultado do exame, porque com isso evitam-se novas contaminações, inclusive de colegas de trabalho”, explica Wendrel Minare Vieira, diretor do Pactu em Paranavai.

Outra orientação importante é fazer o exame dentro da janela imunológica correta, ou seja, aguardar a evolução dos sintomas já em isolamento. Segundo o Ministério da Saúde, os sintomas aparecem, em média, após 5 ou 6 dias depois da infecção com o vírus, mas podem aparecer em até 14 dias.

Os principais sintomas da covid-19 são: febre, tosse seca, cansaço, dores e desconfortos, dor de garganta, diarreia, conjuntivite, dor de cabeça, perda de paladar ou olfato, erupções na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés, dificuldade de respirar ou falta de ar, dor ou pressão no peito e perda de fala ou movimento.

Chapa 1 vence eleições na Fundação Itaú Unibanco

Terminou quinta-feira, 13/05, a eleição da nova diretoria da Fundação Itaú Unibanco. Até o fechamento desta edição o resultado oficial ainda não havia sido divulgado. A votação, de forma virtual, começou no dia 05/05, com participação dos bancários ativos e assistidos de todos os planos da Fundação Itaú Unibanco. Como o mandato da diretoria atual foi prorrogado, a posse dos eleitos acontecerá no dia 2 de agosto. A Contraf-CUT, a Fetec-CUT/PR e os sindicatos do Pactu apoiaram a Chapa 1 “Fundação para todos, o futuro é nosso”, por seu compromisso com a transparência, maior representatividade dos participantes, e melhorias nos planos. A divulgação dos eleitos deverá ocorrer na segunda-feira, 17/05. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Caixa nega reivindicações e decepciona os empregados



Decepcionante foi o termo encontrado pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, para classificar a postura do banco na mesa de negociação permanente ocorrida na terça-feira, 11/05. Isso porque o banco não atendeu nenhuma das reivindicações dos empregados.

A categoria cobra solução para uma série de questões. A PLR Social, novas medidas de proteção contra a covid-19, teletrabalho, mais contratações e CPA-20 são alguns dos itens pendentes.

A CEE Caixa lamenta a postura do banco em frustrar as negociações, aumentando a insatisfação entre os empregados. A mesa de negociações

permanentes foi uma conquista histórica dos trabalhadores da Caixa e é muito importante para construir alternativas que melhorem as condições de trabalho, mas a Comissão lembra que para isto a direção da Caixa precisa adotar uma postura mais transparente nas negociações.

Muitas questões são urgente, como o pagamento correto da PLR e melhoria nos protocolos de segurança contra o coronavírus, mas a direção do banco não demonstra a mínima preocupação. O banco se limitou à promessa de que enviará por escrito os esclarecimentos sobre os itens que ficaram pendentes. Leia mais em www.pactu.org.br

Bancários do Itaú aprovam acordo



Em assembleias virtuais iniciadas na quinta-feira, 13/05, os bancários do Itaú votam as propostas de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) sobre Bolsa Educação, Banco de Horas Negativas e Programa Complementar de Resultados (PCR). A negociação do acordo foi feita entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e o banco. Segundo a COE, o banco de horas negativas preserva a saúde e a vida dos funcionários, enquanto que a Bolsa Educação passa ter reajuste anual pelo índice da campanha salarial. Já o PCR, válido por dois anos, também terá reajuste pelo índice da campanha salarial. A votação segue até as 22h desta sexta-feira, 14/05. Mais informações em www.pactu.org.br

Sindicatos do Pactu orientam associados sobre as ações do FGTS

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou mais uma vez o julgamento das ações do FGTS. O tema seria apreciado pelos ministros na sessão do dia 13/05, mas foi retirado de pauta, sem prazo para que retorne para julgamento.

As ações do FGTS cobram a mudança do índice de correção do saldo das contas, uma vez que o indexador atual, a Taxa Referencial (TR), deixou de ser atualizado desde 1999. O Dieese estima uma perda de 48,3%, em relação à inflação. Os sindicatos do Pactu discutiram o assunto, em reunião do Coletivo Jurídico da Fetec-CUT/PR e em suas respectivas diretorias. A recomendação dos assessores jurídicos dos sindicatos é que os bancários sejam bastante cautelosos em relação ao assunto. Everaldo Gornaski Ribeiro, diretor de Assuntos Jurídicos da Fetec-CUT/PR e do Sindicato de Guarapuava alerta: “É impossível saber qual será a decisão do Supremo. Caso as ações do FGTS sejam julgadas improcedentes, todos aqueles que já protocolaram ações contra a Caixa terão que pagar sucumbência.

Ou seja, além de não ter ganho nenhum, ainda terão despesas com honorários”, informou o dirigente. Por isso, alguns sindicatos decidiram que entrarão com Ação Civil Pública (ACP), - uma modalidade de ação coletiva -, na Justiça Federal. Everaldo também esclareceu que as ações coletivas dos sindicatos não impedem a propositura de ações individuais, mas reiterou a recomendação de cautela. Para saber se está representado em alguma ação coletiva, você deve entrar em contato diretamente com seu Sindicato.

Mulheres do ramo financeiro realizaram Encontro Nacional

No dia 13/05, a Contraf-CUT realizou, de forma virtual, o Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Ramo Financeiro. Os debates enfocaram o protagonismo das mulheres bancárias na luta por direitos, as conquistas nos últimos anos e os desafios que estão pela frente. “A organização das mulheres do ramo financeiro neste momento é imprescindível”, disse a coordenadora política do Pactu, Nivalda Sguissardi, lembrando o retrocesso nos direitos, a gravidade da pandemia da covid-19 e o aumento da violência doméstica. Os sindicatos do Pactu foram representados por Nivalda e Sara Dieni, de Umuarama. Leia mais em www.pactu.org.br

Operação em Jacarezinho: chacina injustificável



O Brasil amanheceu no dia 6 de maio estarrecido com as notícias da operação policial realizada na comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. A ação deixou um saldo de 28 mortos e foi a mais letal na história da cidade. Diversos setores da sociedade reagiram com questionamentos e repúdio em razão da forma com que a operação foi planejada e executada, cujas primeiras investigações sobre o episódio contradizem o próprio relatório da polícia.

Entre outros agravantes, a operação descumpriu determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que havia proibido operações policiais como essa durante a pandemia da covid-19.

Tudo fica ainda mais suspeito com a desconfiança de que há nessa ação a digital do governo federal. Um dia antes dos assassinatos, o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) esteve reunido com o

governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, mas os assuntos tratados entre eles não foram divulgados. É forte a evidência de que o encontro dos dois e a invasão policial no Jacarezinho fazem parte de um único pacote, já que é público e notório que Bolsonaro anda muito contrariado com o STF e essa seria uma forma de afrontar a suprema corte. Em nota oficial, ao pedir justiça para as vítimas no Jacarezinho, a CUT classificou a operação policial como “massacre” e “chacina”.

A direção da Central afirmou que essas mortes “somam-se aos mais de 430 mil assassinatos causados não só pela pandemia do novo coronavírus, mas também pelo mesmo desgoverno de Bolsonaro” e concluiu que “o Estado Brasileiro, que se omitiu no combate ao vírus, estimula a violência e o descarte de seres humanos”. Mais detalhes em www.pactu.org.br

CPI da covid-19

Pazuello tenta escapar para não incriminar o governo

De frases como “um manda e o outro obedece”, passando pela omissão na crise do oxigênio no Amazonas, falta de planejamento na compra e distribuição de insumos, como o kit intubação, e negligência na compra de vacinas, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, tem muito a revelar na CPI da covid-19. Ele, no entanto, tenta escapar do depoimento e apela ao Supremo Tribunal Federal (STF) para depor como investigado e não como testemunha. Se o Supremo acatar o pedido, o general terá o direito de ficar calado na CPI.

Terceiro ministro da Saúde no governo Bolsonaro, Pazuello teve gestão marcada pela desorganização e ações atrapalhadas: negou várias vezes o colapso no

sistema de saúde, propagou o tratamento precoce à base de cloroquina, comprovadamente ineficaz, e mentiu repetidas vezes sobre a compra dos imunizantes que nunca chegaram.

É compreensível que Pazuello esteja com medo de depor, pois os fatos não mentem. Contudo, coragem e dignidade é o mínimo que se esperava de um general de três estrelas. Mas, Pazuello se acovardou, ao tentar escapar da CPI e se calar diante de tamanho descalabro na saúde pública brasileira. Prefere a covardia do silêncio.

Mas, no mundo político e até mesmo no Palácio do Planalto, poucos acreditam que a decisão do Supremo livrará a pele do ex-ministro.